



Extensão popular: caminhos, aprendizados e reflexões para o seu fortalecimento com base na experiência da Universidade Federal da Paraíba

Popular extension: paths, learnings and reflections for its strengthening based on the experience of the Federal University of Paraíba

Renan Soares de Araújo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa-Brasil

Resumo

Este artigo busca evidenciar os caminhos seguidos no contexto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para o fortalecimento da extensão popular, enfatizando aprendizados e tecendo reflexões decorrentes desse processo. Como resultado, delineia-se experiências e a trajetória de desenvolvimento e constituição de articulações, a criação de grupos de estudo e pesquisa, a promoção de cursos e a organização de eventos que fomentaram o debate. Em conclusão, destaca-se que a estratégia assumida para o fortalecimento da extensão popular na UFPB desenvolveu-se a partir de várias frentes, o que possibilitou que a discussão ganhasse robustez, se ampliasse e se incrementasse, abrindo novos horizontes e oportunizando a conquista de reconhecimento institucional.

Palavras-chave: Extensão universitária; Educação popular; Universidade Federal da Paraíba.

Abstract

This article seeks to highlight the paths followed in the context of the Federal University of Paraíba to strengthen popular extension, emphasizing lessons learned and reflecting on the results of this process. As a result, experiences and the trajectory of development and establishment of articulations, the creation of study and research groups, the promotion of courses and the organization of events that fostered debate are outlined. In conclusion, it is worth highlighting that the strategy adopted to strengthen popular extension at Federal University of Paraíba was developed from several fronts, which allowed the discussion to gain strength, expand and increase, opening new horizons and providing opportunities for achieving institutional recognition.

Keywords: University extension; Popular education; Federal University of Paraíba.

Introdução

Nas últimas décadas no Brasil, é difícil pensar o processo de formação no ensino superior sem levar em consideração as contribuições peculiares e decorrentes da participação estudantil nas ações que envolvem o tripé ensino-pesquisa-extensão. Isso porque está cada vez mais evidente que a indissociabilidade entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão não é um mero devaneio idealista de alguns setores oriundos do âmbito universitário e da esfera governamental. Exatamente porque tal preceito constitucional se materializa nas iniciativas desenvolvidas por instituições de ensino superior públicas brasileiras que tem se preocupado com a formação cidadã e a construção de ações e de conhecimentos que auxiliem e colaborem para o desenvolvimento científico, social, ambiental e cultural do país.

A propósito, muito do destaque e da relevância que a discussão sobre a extensão vem ganhando decorre justamente de seu potencial como promotora da interação entre as instituições de ensino superior com os diferentes grupos e setores da sociedade. Essa articulação possibilita a realização de diversificados trabalhos sociais e científicos que contribuem para o desenvolvimento local e para a qualificação das políticas públicas. Isso inclui seu papel como elo capaz de alimentar a pesquisa com temas, curiosidades e demandas a serem investigadas e apreendidas. A partir dessas experiências, é possível sistematizar e produzir conhecimentos que contribuam para o aprimoramento do ensino, além de ressignificar e a redirecionar as próprias práticas extensionistas, potencializando sua capacidade de apoiar os processos de transformação da realidade social.

Tais aspectos evidenciam o lugar estratégico que a extensão ocupa no cenário do ensino superior, quando compreendida e considerada como ponto de partida (Cruz *et al.*, 2021), e não como mero “apêndice” (Sales, 2017). Isto é, como ente interdependente que é capaz de acionar e articular indissociavelmente as dimensões da pesquisa — favorecendo a ampliação do olhar crítico e a construção e a reconstrução de conhecimentos — e do ensino — promovendo a partilha de ideias, saberes e reflexões e a identificação e a problematização de conteúdos a serem trabalhados pedagogicamente.

Mais recentemente, com a promulgação de instruções normativas que têm amparado e demandado a formalização da inserção curricular da extensão — a exemplo da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira —, um novo capítulo de embates foi aberto nas instituições de

ensino superior. Dentro desse caudal, é possível identificar diferentes entendimentos e posições que avaliam tal procedimento como algo desnecessário e outros que questionam a obrigatoriedade imposta por esse ato normativo; além daqueles, é claro, que conjecturam sobre os possíveis avanços e retrocessos resultantes dessa ação e acerca de quais tipos de compreensões estão implícitas na ideia de extensão que realmente se pretende “institucionalizar”.

Em acordo com a nota técnica elaborada de forma colaborativa por diferentes grupos temáticos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco, 2024), destaca-se a importância de estarmos atentos e cautelosos quanto ao processo de inserção curricular da extensão. Isso porque é fundamental evitar que essa incorporação ocorra de forma burocratizada — seja por meio de simples atribuição de créditos acumulados em atividades pontuais e desconexas, seja por sua frívola disciplinarização, limitada à oferta de um conteúdo abordado dentro da grade curricular em formato de “disciplina”. Tais abordagens tendem a engessar a extensão e a esvaziar seu potencial emancipatório e transformador. Para isso, o debate de ideias, reflexões e propostas mostra-se como algo crucial e necessário de ser fomentado nas instituições de ensino superior e de formação técnica.

Fato é que esse processo de inserção e de formalização não se dá de maneira análoga em todas as instituições e lugares do território brasileiro, dado que cada uma tem sua realidade e peculiaridades institucionais próprias. Inclusive, em algumas delas, o processo de “formalização” das ações extensionistas já tem ocorrido de forma latente há um certo tempo, em decorrência de seus históricos diferenciados e acúmulos próprios no que concerne ao debate sobre a extensão e ao envolvimento de seu corpo docente, técnico e discente em experiências extensionistas (Araújo; Mélo; Cruz, 2021; Cruz; Vasconcelos, 2017; Vasconcelos; Cruz, 2011). Nesse quesito, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma dentre as várias instituições federais de ensino que se destaca em âmbito nacional quando se trata da dimensão da extensão. Evento que pode ter relação com, ao menos, três elementos, quais sejam: a) a forte cultura acadêmica da UFPB no desenvolvimento de experiências em projetos e programas de extensão (Araújo, 2021; Falcão, 2014; Vasconcelos; Cruz, 2011); b) a existência, na instituição, de grupos de pesquisa que tomam as práticas de extensão como objeto de reflexão e de investigação científica (Araújo, 2021); c) o trabalho de alguns docentes da UFPB, que têm colaborado nacionalmente, em diferentes momentos, com a discussão sobre a

extensão, a exemplo de Edineide Jezine, Emmanuel Fernandes Falcão, Eymard Mourão Vasconcelos, José Francisco de Melo Neto e Pedro José Santos Carneiro Cruz.

A propósito, cabe destacar que a primeira edição do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária foi realizada na cidade de João Pessoa-PB, no campus I da UFPB (Araújo, 2021; Cruz et al., 2021). Além disso, como evidenciado no mapeamento realizado em escala nacional por Cruz et al. (2019), a Paraíba aparece como o estado brasileiro que mais possui experiências de extensão popular — principalmente aquelas com maior tempo de duração. Ademais, foi na UFPB que o Projeto Vivências de Extensão em Educação Popular no Sistema Único de Saúde (VEPOP-SUS) esteve institucionalmente ancorado, por ocasião de sua retomada em 2013, a partir de uma parceria firmada entre o Ministério da Saúde e a UFPB, no contexto das ações da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; as quais visavam apoiar e fortalecer as experiências de extensão popular espalhadas por todo Brasil (Araújo, 2021; Cruz et al., 2019); dentre outras questões que serão apresentadas e melhor delineadas no decorrer deste manuscrito.

Por falar nisso, é fundamental ampliar o olhar sobre as lógicas que sustentam as diferentes concepções e práticas de extensão, uma vez que, historicamente, identificam-se entendimentos diversos da ação extensionista, marcados por distintas perspectivas ético-políticas e por ideologias que se concretizam em abordagens teórico-metodológicas variadas. Em síntese, a literatura sobre extensão aponta diferentes formas de categorização das atividades extensionistas, levando-se em consideração aspectos como: a) sua direção: se de mão única ou de mão dupla; e b) sua intencionalidade: de modo que essas práticas podem ser interpretadas ora como ações meramente assistencialistas, ora como iniciativas guiadas por uma lógica mercantilista/mercadológica ou, ainda, por uma visão socialmente asséptica e estritamente tecnicista de aplicação da ciência e do conhecimento científico (Araújo, 2022; Cruz; Vasconcelos, 2017; Souza, 2019).

Todavia, há também abordagens extensionistas que remam numa direção contra-hegemônica, marcadas por um enfoque dialógico e problematizador. Essas perspectivas são fortemente influenciadas pelas contribuições pedagógicas, epistemológicas, ético-políticas e teórico-metodológicas do educador brasileiro Paulo Freire, cuja concepção educativa se consolidou sob a denominação de educação popular. Essa perspectiva freiriana tem fundamentado diferentes iniciativas de extensão que, aqui, denominamos de extensão popular (Araújo, 2022; Araújo; Mélo; Cruz, 2021; Cruz et al., 2021; Cruz; Vasconcelos, 2017; Melo

Neto, 2014; Souza, 2019)), mas que podem também receber outras alcunhas, a exemplo de extensão crítica, extensão comunitária, dentre outras.

A educação popular constituiu um campo de saberes e práticas resultante da confluência de diferentes processos, acúmulos de experiências e conhecimentos construídos nas lutas sociais e políticas de operários, camponeses, estudantes, movimentos sociais populares e comunitários, bem como dos povos originários dos continentes latino-americano e africano. Ela emerge do mesmo contexto socio-histórico que deu origem à Teoria da Dependência, à Teologia da Libertação, à Investigação Participativa, dentre outras vertentes. Além disso, dialoga com correntes teóricas críticas oriundas da Europa, não como mera reprodução, mas por meio de uma assimilação crítica e criativa, voltada à investigação, compreensão e transformação da realidade social (Araújo, 2022; Jara, 2020).

À luz do exposto, entendemos a educação popular como uma perspectiva educativa situada no campo das pedagogias críticas, que articula o educativo e o político, ao reconhecer que a ideologia neoliberal — ao inverter, justificar e naturalizar a realidade de barbárie imposta à maioria da população — precisa ser superada. Tal realidade é fruto do modelo de organização social capitalista e de suas formas de sociabilidade, cuja transformação é condição *sine qua non* para a construção de um outro mundo possível.

Por isso, a educação popular defende a criação de meios e estratégias de ação político-pedagógicas capazes de contribuir com os processos de formação, mobilização, organização e luta dos protagonistas das classes populares. O objetivo é fortalecer o enfrentamento das múltiplas formas de opressão, exclusão, exploração, subalternização e dominação, que historicamente marcaram suas trajetórias, em prol da efetivação de seus direitos sociais e da garantia de uma vida plena e com dignidade (Araújo, 2022; Jara, 2020).

Por extensão popular, referimo-nos à compreensão da extensão enquanto um “trabalho social útil” (Melo Neto, 2014) fundamentado nos princípios teórico-metodológicos e ético-políticos da concepção latino-americana de educação popular. Essa perspectiva busca articular, de forma indissociável, as dimensões da pesquisa e do ensino para a construção de iniciativas científicas e sociais que contribuam com os processos de enfrentamento e de luta por mudança social, orientados por um horizonte emancipatório (Araújo, 2022; Cruz; Vasconcelos, 2017; Melo Neto, 2014; Souza, 2019).

Para tanto, ela preza pela coerência entre os meios e os fins, valorizando o uso de procedimentos, técnicas e dinâmicas alinhados a preceitos metodológicos dialógicos e participativos. Busca, ainda, abordar e problematizar as questões trabalhadas sob um ponto de vista crítico, esforçando-se para manter seu compromisso com processos que fortaleçam e/ou auxiliem no desenvolvimento da autonomia dos protagonistas das experiências extensionistas. Dessa forma, expressa uma intencionalidade política claramente transformadora, voltada aos interesses e anseios daqueles sujeitos e grupos que dependem exclusivamente de seu esforço cotidiano para garantir a própria sobrevivência e a dos seus familiares (Araújo, 2022; Cruz; Vasconcelos, 2017; Melo Neto, 2014; Souza, 2019).

Em virtude do exposto, o objetivo do presente artigo é trazer a lume e contextualizar de forma panorâmica os caminhos seguidos no contexto da UFPB, que possibilitaram o fortalecimento da extensão popular, evidenciando alguns aprendizados e reflexões tecidas como resultado dessa experiência. Nesse sentido, cabe explicitar que este manuscrito não tem a pretensão de estabelecer regras ou propor um manual de diretrizes a serem seguidas. Seu objetivo é, antes, partilhar um pouco dessa trajetória, buscando contribuir com a ampliação do debate, na tentativa de extrair aprendizados e demonstrar possibilidades de incremento da discussão, especialmente nesse momento tão importante em que os rumos do processo de inserção curricular da extensão estão sendo debatidos e determinados.

Metodologia

Este artigo é resultado de uma investigação teórica elaborada por seu autor tomando como base o processo de revisão e fundamentação teórica resultante da construção de sua dissertação e de sua experiência prática-teórica no campo da extensão e da educação popular. Por esse ângulo, sublinha-se que a escolha das publicações utilizadas como fonte de informações e substrato para a produção de dados na realização da pesquisa sucedeu de modo deliberado, em razão do objetivo do artigo, que consistia em identificar, apreender e evidenciar a trajetória e as diferentes frentes de atuação que possibilitaram o desenvolvimento, o irradiar e o incremento do debate sobre a extensão popular na UFPB.

Para tanto, foram consultados e analisados materiais de referência produzidos por pessoas e grupos vinculados à UFPB, a exemplo de artigos publicados em periódicos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações que abordam sobre a extensão popular em interface com diferentes questões e que de alguma forma retratavam a profusão

de iniciativas desencadeadas no cenário da UFPB – embora que tais materiais não restringissem sua discussão ao âmbito institucional.

Com esse escopo, efetuou-se a leitura e a análise das publicações selecionadas, com foco na identificação e apreensão dos elementos relativos às variadas experiências e iniciativas de extensão popular ou de alguma forma conexas e/ou implicadas com a discussão sobre a extensão popular. Em sequência, definiu-se os elementos mais significativos que relacionavam-se ao objetivo da pesquisa, destacando-os e ordenando essas informações de forma sistemática com auxílio de quadros, dando ênfase para as principais experiências, iniciativas e articulações de forma associada com a explicitação de suas trajetórias e dos seus frutos.

Não obstante, com a intenção de favorecer a dinâmica de leitura e a melhor compreensão por parte dos leitores, decidiu-se pela estruturação em três tópicos. No primeiro, enfatizam-se algumas experiências de projetos e programas de extensão popular que se destacaram por seu pioneirismo e sua profusão, ganhando repercussão em nível nacional e/ou internacional, e também na sua implicação com a criação de outras iniciativas extensionistas. No segundo, o foco recai no delinear dos diferentes caminhos traçados, explicitando articulações internas e externas à UFPB e na evidenciação das diferentes estratégias assumidas para fortalecer e incrementar o debate sobre a extensão popular no seu interior. No terceiro, busca-se tecer reflexões e desvelar alguns aprendizados como resultado do acúmulo do conjunto de experiências aqui recapituladas.

O germinar e o crescimento: experiências pioneiras e o surgimento de diferentes ações extensionistas

Na UFPB, o histórico de iniciativas extensionistas é extenso e remonta a um período anterior à formalização da extensão. Esse processo teve início com a criação do Departamento Cultural, ainda na primeira metade da década de 1960. Em 1972, progrediu à condição de Coordenação de Extensão Cultural e, posteriormente, em 1976, foi instituída a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Entretanto, é somente no ano de 1993 que o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB aprova mudanças regimentais e normativas e consegue fixar uma base mais consistente para o processo de organização e de institucionalização da extensão na UFPB, abrindo caminhos para a consolidação de uma política extensionista interna (Araújo, 2021; Zenaide, 2010).

Vale destacar que a participação de discentes da UFPB em atividades de extensão antecede esse processo formal, tratando-se de iniciativas desenvolvidas de forma autônoma, sem vínculo direto ou controle por parte das instâncias administrativas da universidade. A esse respeito, é essencial evidenciar que muitos discentes da UFPB, ao longo da década de 1960, se envolveram em atividades da Juventude Estudantil Católica e da Juventude Universitária Católica, bem como com os processos de resistência e luta das Ligas Camponesas, e colaboraram com experiências educativas, como a Campanha de Educação Popular da Paraíba e o Movimento de Educação de Base. Fato que, após o Golpe Cívico-Militar de 1964, fez com que muitos docentes, técnicos e estudantes da UFPB passassem a enfrentar um regime de exceção, havendo casos de perseguição, expulsão e violação de direitos humanos — período em que o autoritarismo acabou por prevalecer (Araújo, 2021; Zenaide, 2010).

Ainda assim, nas rachaduras dos muros do autoritarismo, ao longo da década de 1970, alguns docentes e discentes da UFPB conseguiram continuar atuando, embora que clandestinamente, de forma articulada com trabalhos sociais e no fortalecimento de processos de educação popular, especialmente junto às Comunidades Eclesiais de Base e com as ações da Comissão Pastoral da Terra. Além disso, no fim da década de 1970, a implantação do Estágio Rural Integrado e da Residência de Medicina Preventiva e Social da UFPB foram iniciativas que oportunizaram a aproximação e a participação estudantil na construção de ações em saúde que partiam da compreensão da realidade social das comunidades, em suas dinâmicas e complexidades. O que, igualmente, possibilitava trabalhar pedagogicamente o olhar crítico dos estudantes e contribuir com a melhoria das condições de saúde e de vida da população local, apoiando suas lutas na reivindicação e garantia de direitos sociais e pela conquista de uma vida mais digna (Araújo; Mélo; Cruz, 2021; Vasconcelos, 2011).

Já na década de 1980, destacam-se a criação do Projeto Cabedelo, como resultado da parceria entre servidores da UFPB e a prefeitura da cidade de Cabedelo-PB, contando, inicialmente, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Paraíba e, depois, com apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Após um tempo, mesmo com o fim do suporte financeiro do MEC, algumas pessoas envolvidas com o projeto optaram por continuar atuando no local, e esse processo culminou com a criação da Associação Artístico-Cultural de Cabedelo, em 1985, e com a retomada do projeto, em 1993 — sendo agora identificado como Projeto Catarina. Nesse ínterim, também foram criados o Setor de Estudos e Assessoria a

Movimentos Populares e o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC), que se qualificavam como espaços percursores e expressivos ao amadurecimento das iniciativas de extensão popular da UFPB, em razão de terem sido integrados por docentes e técnicos com acúmulo de experiência de participação no âmbito do movimento estudantil e junto aos movimentos sociais populares (Araújo, 2021).

Destaca-se, ainda, uma outra experiência surgida no final da década de 1980: o Núcleo de Atuação Comunitária, reconhecido como a primeira experiência de extensão popular do campo da saúde da UFPB. Embora não fosse formalmente institucionalizado, o núcleo era composto e coordenado por estudantes do Curso de Medicina da UFPB, vinculados à Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina (DENEM) e ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB). Essa experiência impulsionou o surgimento de novas forças políticas internas à UFPB, que passaram a questionar o modelo tradicional de ensino e a reivindicar mudanças curriculares (Vasconcelos, 2011).

Nesse mesmo período, têm início os chamados Estágios de Vivência em Comunidades, que viabilizavam a inserção comunitária de estudantes — tanto da UFPB quanto de outras instituições de ensino superior da Paraíba e de diversas regiões do Brasil — no cotidiano dos territórios. Esses estágios promoviam experiências diretas com as comunidades, contribuindo para processos de organização social, política e econômica, na perspectiva de apoiar a resolução das problemáticas locais (Falcão, 2014).

Alguns anos depois, no início da década de 1990, foi criado o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), que desenvolvia suas atividades de forma articulada com a realização dos Estágios de Vivência em Comunidades e realizava parcerias com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, dentre outras. A experiência do PIAC, em decorrência de sua profusão, acabou por impulsionar a gestação e o forjar de uma proposta metodológica, denominada Metodologia para a Mobilização Coletiva e Individual. Já a ampla repercussão nacional da experiência dos Estágios de Vivência em Comunidades culminou, posteriormente, na criação do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) (Falcão, 2014).

Ainda ao longo da década de 1990, cabe ressaltar a experiência do Projeto Escola Zé Peão, resultante de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa e a UFPB, para a oferta de ações de

alfabetização e de processos de educação continuada desenvolvidas nos próprios canteiros de obras (Ireland et al., 2016). Período em que também surgiu o Programa de Saúde do Trabalhador, vinculado ao NESC e ao Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB, iniciativa que se destacou como o embrião de várias outras iniciativas extensionistas no campo da saúde do trabalhador, como o Programa de Fisioterapia do Trabalho, criado no final da década de 1990 (Araújo, 2021).

É também nesse período que surge o Programa de Assistência Domiciliar a Pacientes Neurológicos. Porém, devido à amplitude das demandas e em razão da necessidade de mudanças, em 1995, o programa passa a se chamar Projeto Fisioterapia na Comunidade e em 1997, o Projeto novamente muda seu cenário de trabalho, passando a atuar conjuntamente no território em que estava estabelecida a Residência de Medicina Preventiva e Social da UFPB. Espaço em que também atuava o recém criado Projeto de Extensão Saúde da Família no Grotão, que, tempo depois, passou a se chamar Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) (Araújo, 2021).

O PEPASF consolidou-se como um grande marco local, nacional e internacional. No âmbito local, o PEPASF destacou-se como eixo fertilizador e articulador de várias outras experiências extensionistas, integrando, em sua estrutura organizativa e de atuação, iniciativas como o já citado Fisioterapia na Comunidade, além de outras, como os projetos: Saúde Bucal na Comunidade, em 1999; Além da Psicologia Clínica Clássica, em 2004; Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador, em 2006; Educação Popular em Saúde na Atenção a Gestantes e a Puérperas, em 2007; Educação Popular em Saúde no Cuidado em Enfermagem na Comunidade, em 2013 (Araújo, 2021; Vasconcelos; Cruz, 2011).

Essas dinâmicas conferiram grande notoriedade ao PEPASF, levando alguns de seus integrantes a ocupar espaços institucionais e de debate cada vez mais relevantes. À medida que extensionistas do projeto se envolviam de forma crescente nas discussões nacionais sobre a extensão universitária, o PEPASF consolidou-se como importante locus de acolhida de diferentes grupos nacionais e internacionais — como os provenientes do Canadá e Estados Unidos — interessados em conhecer a sua experiência (Vasconcelos; Cruz, 2011).

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, surgiram diversas iniciativas extensionistas que ampliaram significativamente o campo da extensão na UFPB. Em 2000, foi criado o Projeto Valentina, que posteriormente deu origem ao Projeto Saruê. Em 2001, instituiu-se a Incubadora de Empreendimentos Solidários. Em 2006, foi criado o Núcleo de Cidadania e

Direitos Humanos, seguido pelo Núcleo de Extensão Popular – Flor de Mandacaru, em 2007, e pelo Projeto Práticas Integrals de Nutrição na Atenção Básica (PINAB), também em 2007. Este último viria a se tornar o Programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica, mantendo a sigla PINAB.

Em 2008, teve início o Projeto Vidas Paralelas Paraíba, que, posteriormente, foi incorporado ao Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador. Essa articulação resultou na criação do Programa de Educação Popular e Saúde do Trabalhador (PEPST), em 2013, e, posteriormente, no Programa Mais Saúde na Comunidade, em 2015. Além dessas iniciativas, destaca-se ainda a criação do Projeto PalhaSUS, em 2011 (Araújo, 2021).

O florescer e a frutificação: articulações e criação de grupos de pesquisa e estudo, bem como outras iniciativas que incrementaram o debate e ampliaram os horizontes

A propósito, cabe destacar o papel relevante que assumiu o Programa de Educação Popular em Saúde (PROGEPS), criado no ano de 2012, a partir da aglutinação entre o PINAB, o PEPASF, o PEPST e o PalhaSUS — uma ação pioneira que constituiu uma rede mediante a articulação dessas diferentes experiências extensionistas do setor saúde da UFPB, o que possibilitou o compartilhamento de iniciativas e a potencialização de suas atuações por meio de atividades conjuntas. Mais tarde, o PROGEPS passou à condição de Núcleo de Educação Popular em Saúde. A partir das várias iniciativas construídas coletivamente, o debate em torno da educação popular e da extensão popular foi ganhando mais corpo. Tal dinâmica revelou-se internamente na UFPB como um movimento fecundo, pujante, inovador e propositivo. Como resultado de todo esse processo e do significativo acúmulo de experiências, em idos de 2013, foi instituída a Coordenação de Educação Popular (COEP), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e sendo essa compreendida como um grande marco e uma significativa conquista do movimento de extensão popular na UFPB (Araújo, 2021).

Nessa esteira, o crescente envolvimento de extensionistas da UFPB com coletivos nacionais ligados à educação popular em saúde — como a Rede de Educação Popular em Saúde (RedePop), a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e o Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Abrasco — contribuiu para o fortalecimento das discussões em torno do potencial educativo e político da extensão universitária. Tais debates emergiram em contraste com o academicismo dominante nos eventos científicos da época (Cruz; Vasconcelos, 2017).

Diante desse cenário, ganhou força a proposta de criação de um novo coletivo nacional que reunisse diferentes protagonistas comprometidos com uma prática extensionista orientada pelos princípios da educação popular. No transcurso desse movimento, surgiu a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), que foi um ator relevante na reivindicação por maior apoio institucional às experiências de extensão popular. O qual também teve papel central no incentivo a ações voltadas ao fortalecimento do debate sobre a extensão popular, evidenciando sua relevância social, científica e pedagógica, tendo a participação ativa de discentes e docentes da UFPB nessa construção (Cruz; Vasconcelos, 2017).

Um dos desdobramentos resultantes dessa interação e trabalho colaborativo entre os grupos extensionistas da UFPB, envolvendo também a ANEPOP e a DENEM, foi a organização de um conjunto de estágios de vivências. Dentre eles, pode-se destacar a Jornada de Extensão Universitária, realizada em 2005 em comunidades rurais e urbanas do estado da Paraíba. Em 2007, realizou-se o Estágio Nacional Multiprofissional de Vivência em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família, que foi uma experiência vinculada ao PEPASF e ao seu território de atuação. Já em 2013, com a retomada do Projeto VEPOP-SUS, houve também a revitalização do ENEC (Araújo, 2021).

Um elemento importante a ser ressaltado na trajetória da extensão popular na UFPB foi a composição, a partir do PROGEPS e posteriormente da COEP, de um grupo de apoio ao processo de reestruturação do MOPS-PB e da ANEPS no estado da Paraíba. Essa iniciativa possibilitou a aproximação e envolvimento de vários extensionistas da UFPB com esses coletivos e também com outros movimentos sociais de atuação local e nacional, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, os povos de terreiro/religiões afro-brasileiras, os movimentos feministas e movimento LGBTQIA+, dentre outros (Araújo, 2021).

Essa articulação culminou na realização de importantes experiências formativas, como o Curso de Formação de Terapeutas Populares — realizado no período entre 2014 e 2015 — e o Curso de Formação em Educação Popular para o Trabalho Social em Comunidades, promovido em 2016. Também se destaca a participação de vários extensionistas junto com os protagonistas desses movimentos na I Conferência Popular de Saúde — iniciativa estratégica para a construção e amadurecimento de propostas a serem pautadas e priorizadas nas etapas municipal, estadual e nacional das conferências de saúde (Araújo, 2021).

Outrossim, destaca-se que, no âmbito da UFPB, ao menos dois grupos de pesquisa têm se consolidado como importantes núcleos promotores e sistematizadores da produção de conhecimento sobre extensão popular — ou sobre temas que, de alguma forma, a ela se relacionam e a retroalimentam. São eles: o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar) e o Grupo de Estudos em Educação Popular em Saúde.

O Grupo de Pesquisa Extelar foi criado no ano de 1999, sendo atuante até os dias de hoje. Em sua fundação, foi liderado pelo Prof. José Francisco de Melo Neto, que é uma das grandes referências nacionais sobre extensão universitária e educação popular. Em 2015, com a aposentadoria do Prof. José Francisco de Melo Neto, a liderança do grupo foi repassada ao Prof. Pedro José Santos Carneiro Cruz, que passou a coordená-lo com o apoio de alguns docentes da UFPB e de outras instituições de ensino superior, que atuam como vice-líderes. Já o Grupo de Estudos em Educação Popular em Saúde foi criado no ano de 2005, sendo ele composto por docentes e discentes que integravam o PEPASF e outros projetos e programas de extensão que atuavam de forma integrada. Este grupo tinha como líder o Prof. Eymard Mourão Vasconcelos, que se evidencia como uma grande referência nacional do debate sobre a educação popular em saúde e sua potencialidade na formação universitária, em especial por meio das práticas de extensão.

Além disso, no contexto da UFPB, a realização de cursos voltados à formação e qualificação dos protagonistas de atividades extensionistas, bem como para o fomento do debate local, tem sido uma constante. Tal questão remonta especialmente a uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB — ao promover o Curso de Especialização em Educação Popular e Movimentos Sociais, que foi realizado entre os anos de 1999 e 2001 — e também nas iniciativas do Grupo de Estudos em Educação Popular em Saúde, que, no período entre 2006 e 2010, realizou algumas edições de cursos de extensão, denominados: a) Educação Popular em Saúde; b) Extensão Popular em Saúde; c) Educação Popular – textos, iniciação à pesquisa científica. Posteriormente, outros grupos passaram a promover iniciativas de formação por meio de cursos de extensão, de forma articulada ou individualmente, a exemplo do PROGEPS, da COEP, da Linha de Pesquisa de Educação Popular do PPGE, da Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Médicas, do PINAB e do Grupo Extelar (Araújo, 2021) – para citar alguns.

Extensão popular: caminhos, aprendizados e reflexões para o seu fortalecimento com base na experiência da Universidade Federal da Paraíba

Dentre alguns dos cursos de extensão realizados, encontram-se: a) Caminhos metodológicos para sistematização em educação popular, organizado em 2013; b) Atenção à saúde dos pobres, oprimidos e marginalizados, promovido no ano de 2013; c) Formação em extensão popular, realizado no período entre os anos de 2013 e 2014; d) Educação popular hoje: desafios e alternativas, promovido também no período entre 2013 e 2014; e) Espiritualidade, saúde e educação popular, ofertado em 2014; f) Movimentos populares e práticas sociais emancipadoras, oportunizado em 2014; g) Práticas integrais de educação e promoção da saúde em comunidades, ofertado no ano de 2015; h) Educação popular na universidade, proporcionado em 2016; i) Educação popular em práticas sociais: desafios e debates, realizado no ano de 2016; j) Paulo Freire e o cuidado em saúde, ofertado em 2019; k) Participação, educação popular e promoção da saúde: saberes, ideias e práticas, promovido em duas edições no ano de 2020; l) Movimentos populares e práticas sociais na construção da emancipação humana: conhecimentos, ideias e práticas, realizado também em 2020; dentre várias outras modalidades de atividades formativas, a exemplo de rodas de conversa, fóruns, oficinas, palestras, minicursos etc. (Araújo, 2021).

Finalmente, é significativo evidenciar que, no âmbito da UFPB, já foram promovidos vários eventos com a perspectiva de fomentar o debate sobre a extensão popular, dentre esses: a) I Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular, promovido pelo Extelar, no ano de 2006; b) II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordeste de Extensão Popular, sendo uma iniciativa promovida pelo Grupo Extelar e pela ANEPOP, com apoio do PPGE e de outros parceiros da UFPB, no ano de 2007; c) I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP), promovido em parceria pelo Extelar e ANEPOP, no ano de 2009; d) II SENAPOP, promovido pela ANEPOP e Extelar, no ano de 2013; e) I Seminário Nacional de Educação Popular na Formação em Saúde, organizado pelo Projeto VEPOP-SUS, no ano de 2014; f) IV Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular, promovida em parceria entre ANEPOP, Extelar e Projeto VEPOP-SUS, no ano de 2015; g) III SENAPOP, organizado pela ANEPOP e Extelar, no ano de 2016; h) IV SENAPOP, promovido apenas pelo Grupo Extelar, no ano de 2022; i) V SENAPOP, organizado pelo Extelar em 2025.

Aprendizados e reflexões com base na experiência da UFPB

Ao observar esse breve panorama histórico das experiências extensionistas da UFPB, constata-se a existência de projetos e programas de extensão que foram pioneiros em seus

espaços de atuação, dando frutos e, assim, germinando novas experiências e ganhando profusão e reconhecimento nos âmbitos local, nacional e até internacional, com o PEPASF despontando como um dos exemplos de maior expressividade, mas não o único.

Uma outra questão que grande parte das experiências elencadas possuem é o fato de elas se diferenciarem de iniciativas mais “tradicionais”, que só aceitam a participação estudantil quando esses já concluíram determinadas etapas da graduação e que se baseiam no entendimento de que, só depois de adquirirem um conjunto de conhecimentos técnico-operativos de suas áreas de formação, é que eles teriam algo a contribuir. As experiências de extensão popular, especialmente do setor saúde — a exemplo da experiência do PEPASF e do PINAB — se distinguem justamente por aceitarem a participação de discentes que estão ainda no início da graduação e que são oriundos de diversos cursos de graduação — não se restringindo a estudantes da área da saúde — da UFPB e de outras instituições públicas e privadas de João Pessoa-PB.

A esse respeito, o que, para algumas pessoas, poderia parecer como injustificável ou irrelevante, a partir das experiências produzidas na UFPB, mostrou-se como algo surpreendentemente excepcional. Sobre isso, as palavras de Vasconcelos (2015) são bastante elucidativas:

[...] fomos vendo que os estudantes dos primeiros períodos tinham atuação muito mais eficaz. Eles se envolvem com a totalidade dos problemas familiares e sociais que encontram. Emocionam-se com o que vêm e, mobilizados por esta emoção, desdobram-se em pesquisas, conversas e articulações para enfrentar os problemas. Já os estudantes do final de curso, em sua maioria, tendem a só valorizar aspectos dos problemas de saúde em que se capacitaram com alguma técnica de atuação. Seu olhar já não repara naquilo em que não foram treinados para atuar. Tendem a se emocionar muito menos e agem de forma calculada. Seus vínculos com as famílias são muito menores e suas atuações resultam em transformações muito mais tímidas. Vão se tornando pessoas com olhar focado e frio [...]. Em seus cursos ganham um martelo, ou seja, um instrumento de trabalho terapêutico, e passam a só procurar pregos na realidade. O instrumental de ação técnica adquirido passa a limitar e orientar seus olhares para a realidade (Vasconcelos, 2015, p. 268-269).

Outro elemento peculiar decorrente da experiência da UFPB e que se mostrou fundamental foram as articulações locais — internas à UFPB e ao estado da Paraíba —, mas também as articulações em âmbito nacional — expressas substancialmente por meio da ANEPOP e de experiências como a do ENEC e PEPASF. No que se refere às articulações locais, o PEPASF, em sua conexão com outros projetos e programas, atuando de forma

compartilhada, potencializou sobremaneira seu desempenho e superou expectativas, contribuindo não apenas para o desenvolvimento do seu território de atuação, mas também para a constituição de um espaço pedagógico que fomentava e valorizava o papel e o protagonismo estudantil no processo de organização, planejamento, execução e avaliação das ações do projeto como um todo. Tal exemplo tornou-se uma escola para muitas outras experiências extensionistas, como revelado na obra de Vasconcelos e Cruz (2011).

Adensando a reflexão, é relevante entender o papel dessas experiências na construção e/ou no fortalecimento da autonomia e do protagonismo estudantil, uma vez que, como nos diz Freire (2011), ninguém amadurece e se torna autônomo ou assume tal decisão de uma hora para outra, como num rompante. A autonomia é uma escolha que deve ser responsável e cotidiana e que, por isso, deve ser exercitada e estimulada para se constituir, só assim sendo possível se falar sobre uma pedagogia para a autonomia.

Por esse ângulo, cabe destacar a importância da integração em rede que resultou na criação do PROGEPS, o que possibilitou um intercâmbio maior entre as várias experiências de extensão popular do campo da saúde da UFPB, fortalecendo ainda mais os aspectos anteriormente elencados. Ainda nessa perspectiva, merece destaque a articulação junto a movimentos sociais locais, em especial junto ao MOPS-PB e à ANEPS, potencializando a dimensão de compromisso social da extensão e possibilitando a formação de quadros de discentes comprometidos e engajados com os processos de luta pela transformação da realidade social. Já no contexto nacional, a pujança da participação e protagonismo estudantil por meio da ANEPOP tomou grandes proporções, por sua articulação e parceria com grupos locais, mas também com outros coletivos de educação popular em saúde. O que permitiu, dentre as diferentes coisas, a conquista de um espaço importante no contexto de realização das edições do CBEU — e de outros eventos acadêmicos —, que foi o estabelecimento da Tenda Paulo Freire (Cruz; Vasconcelos, 2017).

Nessa mesma conjuntura, a iniciativa de realização de cursos de extensão se mostrou como uma importante estratégia decorrente da necessidade de aprofundamento teórico que muitos extensionistas apresentavam em relação às concepções de educação popular e de extensão popular. Isso possibilitou a configuração de espaços mais sistemáticos e oportunos à reflexão e à discussão sobre os desafios e as potencialidades das práticas e dos saberes construídos por meio da extensão. Assim, por um lado, igualmente, oportunizou-se a formação e a qualificação de quadros extensionistas mais instruídos e hábeis para discutir as

contribuições da educação popular como referencial teórico-prático das experiências de extensão. Além disso, favoreceu-se uma maior apropriação dos meandros metodológicos da pesquisa científica para realizar estudos tendo a educação popular como aporte teórico orientador. Tudo isso confluiu e acabou destacando-se como um grande momento de articulação e fortalecimento do movimento de extensão popular na UFPB (Araújo, 2021).

Além disso, paulatinamente, no ambiente interno da UFPB, verificou-se a conquista de espaços e o reconhecimento institucional, de modo que integrantes e ex-integrantes de experiências extensionistas foram convidados a assumir cargos de gestão em coordenações, assessorias de extensão, chefias de departamento, entre outros.

Aliás, um outro ponto importante de ser retomado e melhor explicitado é relativo ao papel do Grupo de Pesquisa Extelar, uma vez que ele possui centralidade nessa discussão, sendo o único grupo de pesquisa brasileiro que tem a extensão como alicerce central de suas reflexões e produções. Isso não apenas pelo fato — o que já seria muito — de que foi o Prof. José Francisco de Melo Neto o responsável pela sistematização filosófica e teórico-conceitual da concepção de extensão popular, mas justamente porque tem sido os integrantes do Grupo Extelar que vêm continuamente fortalecendo a discussão e a produção acerca da extensão popular.

De tal maneira que o Grupo dispõe de uma farta bibliografia sobre o tema, a exemplo das produções do Prof. Pedro José Santos Carneiro Cruz e de outros participantes do Extelar. Em razão disso, pode-se denotar que o Grupo Extelar se caracteriza como um dos espaços privilegiados na elaboração de reflexões e investigações com a temática da extensão popular no Brasil, sendo ele um eixo aglutinador e espaço formador de quadros de “pensadores” da extensão, e não apenas de “fazedores”. A esse respeito, vale trazer à tona a compreensão exposta por Fraga (2024), ao assinalar que o Grupo Extelar se revela como “uma escola de pensamento paraibana sobre extensão” (p. 167).

E, inclusive, ainda diríamos mais: o acumulado de experiências e iniciativas sociais e acadêmico-científicas produzidas pelos diferentes grupos da UFPB demonstram categoricamente a corporificação de um protagonismo estudantil engajado não apenas com o fazer da extensão, mas fundamentalmente com o seu pensar, contribuindo com elaborações teóricas e com os rumos do debate sobre a extensão no cenário brasileiro contemporâneo. Desse modo, discentes e docentes da UFPB, envolvidos com o movimento

Extensão popular: caminhos, aprendizados e reflexões para o seu fortalecimento com base na experiência da Universidade Federal da Paraíba
nacional de extensão, especificamente por meio da ANEPOP, demonstraram a força de tais convicções e as possibilidades de se incidir nos rumos que o debate sobre a extensão pode seguir (Cruz; Vasconcelos, 2017).

Outrossim, não podemos deixar de ressaltar a importância da promoção de eventos, em especial do SENAPO, que tem como um de seus objetivos possibilitar o aprofundamento de diálogos e a (re)elaboração e partilha de reflexões acerca das potencialidades e dos desafios presentes no processo de produção de conhecimentos, tendo como base a inserção, interação e vivência que as experiências de extensão popular oportunizam (Cruz; Vasconcelos, 2017). Tópico que denota que os espaços dos eventos são fundamentais para promover a aproximação, o diálogo e a articulação entre grupos do contexto local e nacional, não só para convidá-los ao diálogo, mas buscando pautar o debate sobre a extensão popular e construir uma agenda de prioridades e de encaminhamentos construídos e assumidos de forma conjunta.

Por fim, se pudermos fazer um paralelo histórico, é significativo trazer à baila um dos aprendizados decorrentes da célebre experiência do Movimento de Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, que se espalhou e influenciou grupos de estudantes de diferentes países da América Latina, o qual serve de esteio reflexivo para adensar a interpretação e os aprendizados decorrentes da experiência produzida por diferentes grupos da UFPB e sua relevância para pensar o processo de inserção curricular da extensão.

Conforme as análises de Mariátegui (2010) sobre o Movimento de Córdoba, nos lugares em que o corpo docente se envolveu de forma arguta e comprometida no enfrentamento das propostas de grupos mais conservadores, muitas foram as conquistas alcançadas no processo de incorporação das pautas defendidas e na reorganização das instituições universitárias. Doravante, sublinha-se que embora a participação discente seja um elemento avivador desse processo e estimulador de mudanças mais radicais, se faz necessária a participação e engajamento de pessoas e grupos com atuação efetiva e concreta nos espaços de decisão e de poder, de modo que possam agir como propulsores e mantenedores desses processos, garantindo os rumos que ele seguirá.

Diante de tudo isso, é essencial salientar a seguinte reflexão advinda a partir do olhar sobre esse conjunto de iniciativas desenvolvidas no contexto da UFPB, no que tange à questão do debate sobre a “curricularização” da extensão. Com base nesse acumulado de experiências, evidencia-se que se torna essencial o envolvimento e o compromisso ativo não

apenas do setor discente — que devem ser incluídos como protagonistas e “pensadores” dotados de colaborações significativas ao seu processo de refinamento teórico-prático e não exclusivamente como “fazedores” —, mas também do corpo docente e técnico-administrativo, para que o processo de inserção curricular da extensão avance de modo efetivo e sem perder o rumo do que se pretende, alinhando-se com um horizonte emancipatório e transformador, ou seja, socialmente comprometido.

Para isso é essencial mobilizar, escutar e envolver os diferentes segmentos. Na experiência da UFPB, isso foi visto de forma bastante nítida, uma vez que muitos discentes extensionistas descobriram, a partir do seu envolvimento com a extensão, que caminhos gostariam de seguir no campo profissional; de modo que muitos dedicaram seus estudos e formação na perspectiva de trilhar na carreira docente e dar continuidade aos processos que já vinham acompanhando, ou na criação de outras frentes de atuação, mas mantendo-se firmes e atuantes em iniciativas de extensão, colaborando para o incremento e manutenção dos avanços obtidos (Cruz; Vasconcelos, 2017; Vasconcelos; Cruz, 2011).

Considerações finais

Como pode ser verificado, ao longo de algumas décadas, a UFPB vem apresentando um número diversificado de experiências extensionistas orientadas pela concepção da educação popular, as quais foram surgindo, se desenvolvendo, se fecundando e dando origem a tantas outras. Tal fato propiciou o surgimento e o reconhecimento de uma forma diferenciada de conduzir o processo de formação universitária, como aludido por Falcão (2014) e Vasconcelos e Cruz (2011).

A partir da elaboração deste manuscrito, constata-se um movimento não necessariamente estruturado e sistemático, mas muito potente e assertivo, que possibilitou o incremento e a organização de iniciativas que geraram repercussões significativas e a visibilidade e a conquista de mais apoio institucional às experiências de extensão popular. De tal modo, ao refletir sobre o caso da UFPB, presenciamos que esse processo é marcado pelo crescente envolvimento de diferentes atores em torno do debate sobre a dimensão da extensão orientada pela educação popular. Inclusive, a partir de tais experiências e saberes produzidos e acumulados acerca das potencialidades descobertas por meio da extensão popular, desmistificaram-se as potenciais dicotomias existentes entre as dimensões da extensão, da pesquisa e do ensino.

Em conclusão, destaca-se que a estratégia assumida para o fortalecimento da extensão popular na UFPB desenvolveu-se a partir de várias frentes — implicação com o desenvolvimento de experiências em projetos e programas de extensão, simultaneamente à criação de grupos de estudo e pesquisa, à confecção de articulações local e nacional, à promoção de processos de formação a partir de cursos e à organização de eventos que impulsionaram o debate —, o que possibilitou que a discussão ganhasse robustez, se ampliasse e se incrementasse, abrindo novos horizontes e oportunizando a conquista de reconhecimento institucional. Meios que se mostram primordiais à chance de influenciar positivamente e de maneira mais forte na discussão e nos caminhos que se abrem nesse momento de diálogo sobre a inserção curricular da extensão.

Referências

- ARAÚJO, Renan Soares de. Diferentes expressões da prática extensionista orientada pelo referencial da concepção freiriana de educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 21, Edição Especial, p. 65-86, out. 2022. DOI 10.14393/REP-2022-67196. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67196>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- ARAÚJO, Renan Soares de. **Extensão popular e produção de conhecimento: o caso do PPGE/UFPB**. 2021. 332 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- ARAÚJO, Renan Soares de; MÉLO, Celâny Teixeira; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: marcos históricos. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 30, n. 1, p. 138-163, jan./abr. 2021. DOI 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54113. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/54113/32738>. Acesso em: 09 abr. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. **Nota técnica sobre o processo de curricularização da extensão e a formação em saúde coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2022. Disponível em: https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2024/02/NOTA-TECNICA_ABRASCO_CURRICULARIZACAO-DA-EXTENSAO-E-A-FORMACAO-EM-SAUDE-COLETIVA.docx.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; ARAÚJO, Renan Soares de; MÉLO, Celâny Teixeira; RODRIGUES, Ane Flávia Souza. Extensão popular: bases teórico-metodológicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 69-85, mai./ago. 2021. DOI 10.17058/rea.v29i2.16028. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16028>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. Mapeamento de experiências de extensão popular nas universidades públicas brasileiras: um estudo descritivo em escala nacional. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2019. DOI 10.5212/Rev.Conexao.v.15.i1.0001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/12547/209209210494>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Caminhos da aprendizagem na extensão universitária:** reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec, 2017.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Vivência em comunidades:** outra forma de ensino. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

FRAGA, Lais Silveira. Extensão universitária e educação popular: a perspectiva da extensão popular. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 33, n. 76, p. 156–173, 2024. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n76.p156-173. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/20551>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IRELAND, Timothy Denis et al. (Org.). **Projeto Escola Zé Peão:** relato de experiências. João Pessoa: Ideia, 2016.

JARA, Oscar Holliday. **A educação popular latino-americana:** história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. 1. ed. São Paulo: CEAAL; ENFOC, 2020.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2010.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

SALES, Ivandro da Costa. Da extensão-apêndice à produção do conhecimento pela confrontação dialógica de saberes. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; MELO NETO, José Francisco de. (Org.). **Extensão popular:** educação e pesquisa. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2017. p. 191-195.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo. (Org.). **Perplexidade na universidade:** vivências nos cursos de saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2015. p. 265-308.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. O professor que se fez na extensão. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Org.). **Educação popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 162-169.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Org.). **Educação popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia:** a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

Sobre o autor

Renan Soares de Araújo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estando vinculado à linha de pesquisa de Educação Popular. Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar/UFPB). Integrante do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

E-mail: rsdahc@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3477-638X>

Recebido em: 24/08/2025

Aceito para publicação em: 22/09/2025